

CAMÕES E A CIVILIZAÇÃO DO COMÉRCIO?

MATHEUS DE BRITO¹

ABSTRACT. *Camões and the Civilization of Commerce.* This paper compares *Os Lusíadas* and William J. Mickle's *The Lusiad; Or, the Discovery of India* (1776), intending to approach the process of actualization of meaning which led Camões' poem to be regarded as the "Epic of Commerce." In the first part, we briefly present some discursive features that both resist and afford this change of meaning. In the second part, we address some properties of Mickle's book. Finally, we pose a theoretical-historiographic question concerning Camonian studies.

Keywords: *Literature, Translation, History, Criticism, XVI Century, Portugal, Camonian Studies.*

REZUMAT. *Camões și civilizația comerțului.* Acest articol compară *Os Lusíadas* și *The Lusiad; Or, the Discovery of India* (1776) de William Mickle, cu scopul de a aborda procesul de actualizare a sensului care a permis înțelegerea poemului camonian ca o „epopee a comerțului”. În prima parte, prezentăm sumar câteva caracteristici discursive care se opun, dar în același timp permit această schimbare de sens. În partea a doua a lucrării, ne aplecăm asupra câtorva trăsături ale cărții lui Mickle. În final, adresăm o întrebare teoretică și istoriografică pentru studiile camoniene.

Cuvinte cheie: *Literatură, Traducere, Istorie, Critico, secolul al XVI-lea, Portugalia, studii camoniene.*

Introdução

Da perspectiva do seu substrato histórico-social, *Os Lusíadas* é um épico negativo: a epopeia antiga não apenas *não* representa seu herói em dissídio com sua ação no plano narrativo, mas o poema *per se* exige uma

¹ Doutor em Teoria Literária pela Universidade de Coimbra (Portugal) e pela Universidade Estadual de Campinas (Brasil). Com especial agradecimento ao Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, na pessoa do Prof. Dr. Albano Figueiredo, cujo apoio foi imprescindível para o presente trabalho. E-mail: theosdebrito@gmail.com

espécie de totalidade ética para sustentar-se num nível pragmático, e por isso não oferece qualquer elemento que relativize a matéria narrada no presente da enunciação. Exclui qualquer “perspectiva.” O que a crítica por vezes percebeu como “ingenuidade,” “objetividade” ou “monologismo” faz parte do contrato do épico, que se torna compulsivo ao gênero demonstrativo². Se essa “totalidade” não representou aurora humana alguma, de qualquer modo ela registra uma solidariedade na codificação da epopeia clássica, centrada na figura do herói. No contexto camoniano essa forma literária era obviamente irrecuperável.

Três fatores históricos “coagiram” a reelaboração da Epopeia no século XVI português: a crise social despoletada pela política expansionista, associada ao comércio marítimo; a crise de sucessão da Coroa, que haveria de ser legitimamente reclamada por Castela; por fim, o reforço trentino da autoridade da Igreja contra a Reforma, que impunha também um freio à marcha do humanismo secular. Com essa desintegração social, política e intelectual, não apenas era impossível a restituição de condições ideais de participação coletiva como também o era sua ficção discursiva³. O aparelho jurídico do Estado, que então ganhava os contornos ainda hoje exibidos, era eticamente insatisfatório enquanto mediador de interesses díspares. Não podendo presumir uma rede de valores que de antemão acolhesse sua matéria, a escolha dos *Lusíadas* como *herói* e como *tema* não se pode achar senão intimamente marcada de uma intenção prospectiva, ligada à retórica deliberativa. O “recado” a El-Rei é conhecido: aquela coletividade que ali se representaria, construída através de seus sucessos históricos (*Lus.* I, 10-14), precisava superar as ameaças do mouro e à unidade da fé (I, 15; VII, 1-8) a partir de uma intervenção capitaneada pelo Monarca (I, 15). Camões não fazia o elogio maior da Pátria, mas a reinventava em condições de crise⁴.

Ao tomar a Viagem à Índia para ação nuclear, Camões enfatizava o que ainda parecia indicar a grandeza do Império, contra o qual ele opunha um presente viciado. Um dos signos desse presente, como exporemos, é o

² Os três *genera causarum* da retórica: o demonstrativo, calcado no valor das ações e visando um efeito no presente, elogiar ou censurar; o deliberativo, que organiza os *topoi* segundo um propósito futuro, com finalidade suasiva; o judicial, voltado à norma. Alves sustenta que “a prática literária laudativa estabeleceu (...) um vínculo firme com a utilidade política nos regimes centralizados” (2001: 8), fundindo assim demonstrativo e deliberativo.

³ A figura tardo-medieval do *poeta theologus*, por exemplo, ainda indicava uma crença socialmente partilhada na relação entre poesia e revelação.

⁴ Entender esse processo escusa-nos de optar, como sugere Leal de Matos, entre o “Camões épico,” o empregado de estado, e o “anti-épico [*sic*], pessimista, contraditório” (2011: 261). Pécora oferece uma alternativa, na medida em que, por uma espécie de *imitação* e *emulação* entre o poeta e os feitos que narra, e condicionado pelas injustiças que ele e a Pátria sofriam, o culminar do épico pela autorrepresentação do Poeta não poderia senão convergir com o trágico. Essa seria a “dobra da fúria” que solicita às Ninfas (2001: 146-155).

dinheiro. Também para outros seus contemporâneos, se a espiritualidade cristã era a antítese da cobiça, também a Pátria o seria da mercadoria. A ideia de uma “Civilização do Comércio,” assim, não lhes soaria senão como o pior dos destinos possíveis. Como entender, portanto, que um argumento antimercantil fiado no catolicismo se traduza com *The Lusiad; or the Discovery of India*, de William Mickle (1776), num “épico do comércio”?

D’Os Lusíadas à Lusíada

O princípio retórico da *imitatio* que era transversal às preceptivas poéticas implicava uma determinada concepção de história como movimento aditivo⁵. Isso aparece de modo compacto no exórdio d’*Os Lusíadas*. O Poeta, *persona ficta*, não passa da proposição do tema diretamente à invocação das Tágides sem deixar registrada sua intenção de *aemulatio*:

Cessem do sábio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandro e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre Lusitano,
A quem Neptuno e Marte obedeceram:
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta. (I, 3)

A sobreposição dos destinos do “peito Lusitano” e do Poeta que o canta entrelaça os dois tipos de discurso, *demonstrativo* e *deliberativo*. O poeta épico antigo canta a ação heroica como modelo por si só válido, já Camões concebe seu herói por contraste a outros, num presente que “engata” duas vezes o poema à história. Trata-se da representação de sua história até então, a louvar e corrigir, e daquela história que se abre desde a enunciação do poema.

O “valor mais alto” que se opõe à “fama” dos antigos não é uma qualidade⁶, mas sobretudo a reputação que o Poeta conquistará para os lusitanos.

⁵ Ao “novo esprito” que Antônio Ferreira em sua célebre epístola dizia advir da leitura de Diogo Bernardes, *e.g.*, o preceptor recomendava combinar a “boa imitação” como condição para a fama e a imortalidade. Veja-se Spina sobre o conflito entre a imitação da “poética classicista” e a consciência da história (1995: 96–105).

⁶ Além do campo semântico da oitava, “valor” é, noutro passo, comparável a preço: “Eu, servo sem valor; tu, sumo preço” (Camões, 2008: 598). Assim, dificilmente implica uma noção moral, como a “virtude cristã” contra o paganismo. Uma consulta à *Concordância* elaborada por Verdelho para a obra camoniana (2012: 1431 ss.) afasta qualquer dúvida quanto ao uso dessa expressão. “Valeroso,” “valor” e “valer” sempre surgem associados a um quantificador (“alto,” “muito”), no sentido de estima.

Se o expediente proposicional da epopeia antiga apenas organiza a relação da audiência à matéria, seguindo da enunciação ao enunciado, a terceira estrofe do Canto sugere um percurso inverso: é o enunciado que indica as condições de sua enunciação. Uma das inovações do cânone da epopeia do século XVI, todo o poema camoniano serve-se dessa estratégia, que através de interrupções regula a representação no sentido de um argumento. A matéria recua a cada vez para dar lugar aos comentários, aos *epifonemas* do Poeta, o que num certo sentido lhe aproxima de um circunlóquio. As ratificações do pacto comunicacional n'Os *Lusíadas*, na forma das declarações ostensivas de veridicção concomitantes ao desmerecimento das narrativas concorrentes, parecem registrar o esforço de prevenir-se do que ameaça sua matéria⁷: que os feitos não sejam tão heroicos e, assim, que o Poema perca em eficácia perlocucionária.

Esse procedimento implica a submissão da *elocutio* a essa finalidade, que é ético-política. Como discurso que usa dum processo de identificação, o perfil da comunidade a que se dirige e que insta à retomada das glórias passadas é anunciado desde o início, mas se vai ampliando e recobrando de figuras particulares. Mais explicitamente discutido no fim do Poema, vê-se no que o Poeta recomenda a El-Rei:

Favorecei-os logo, e alegrai-os
 Com a presença e leda humanidade;
 De rigorosas leis desalivai-os,
 Que assi se abre o caminho à santidade.
 Os mais exprimentados levantai-os,
 Se, com a experiência, têm bondade
 Pera vosso conselho, pois que sabem
 O como, o quando, e onde as cousas cabem. (X, 149)

O primeiro período coloca o Império como espaço de ação sem termo temporal determinado, numa espécie de presente extenso ao longo do qual se projeta um valor de natureza normativa. A imagem de homem que é formulada no segundo período mensura aquilo contra o qual o poema constitui uma lição: “os mais exprimentados (...) sabem \ [o] como, o quando, e onde as cousas cabem.” A única comunidade regulativa do Poema só surge no fim, como prospecto.

Em contrapartida, os negócios nacionais estavam em desordem. Aí chegaram por estar a Pátria espiritualmente “metida \ [n]o gosto da cobiça e na rudeza \ [d]uma austera, apagada e vil tristeza” (X, 145), ou, lembremos, em função daquela inversão de valores acusada pelo Velho de “experto peito”

⁷ António José Saraiva notou quão anormalmente longa é a dedicatória. Alves sustenta que o prolongamento da proposição na dedicatória evidencia a intenção deliberativa de Camões (2001: 200 ss.).

aquando da partida da frota do Gama (IV, 95-104). De modo mais concreto, o discurso empenhado de Camões associa-se a uma tendência “conservadora,” que via na empresa marítima o princípio da derrocada social portuguesa⁸. Em vida de Camões, o próprio sistema econômico já anunciava a falência política do Império, pela fragilização do monopólio sobre as rotas comerciais. A escolha pela viagem de Vasco da Gama como fio condutor, portanto, tratando-se de bifurcação entre o velho Portugal e o de então, era uma forma de promover uma crítica às instituições lançando mão do ideário “oficial.”

É contra esse presente ruim, figurado como interrupção dos sucessos, que o Poeta se oferece a El-Rei como homem de estudo, experiência e engenho, cuja “pressaga mente” alçaria virgilianamente D. Sebastião acima dos heróis da história e do mito (X, 154-156). Mas tal épica do futuro estava condicionada ao favorecimento e ao reconhecimento dos *experimentados* dentre os “vassalos excelentes” (X, 146). Trata-se de que se efetivasse uma prometida renovação do pacto social entre a Coroa (X, 146), o clero (X, 150) e os cavaleiros (X, 151). Embora o modelo lembre a teoria dos três Estados (ou ordens) que surge com o início da erosão da *ordo* medieval⁹, Camões em verdade reparte a aristocracia entre a Coroa e a nobreza menor, ignorando o lugar dos *povos* – da “servil gente” – no horizonte de renovação do Império.

Saraiva (2010: 334) sugeriu o caráter intencional do partido camoniano. Baseando-se na crônica de Fernão Lopes para narrar da batalha de Aljubarrota (IV, 24-44), o poeta não deu espaço para a representação do apoio histórico da “arraia meúda” na ascensão ao trono do Mestre de Avis, mas enfatizou a ação de dois nobres da força nacional contra os *tredores* que se associaram a Castela. O povo que protagoniza a crônica, que é o herói em caçada aos *tredores*, recebe apenas uma menção oblíqua: “[m]uitos também do vulgo vil, sem nome \ vão (...) ao Profundo” (IV, 41). Essa atenuação soa algo estarecedora porque o quadro que aí se retrata mantém um claro paralelo com duas coordenadas políticas que marcam o argumento d’*Os Lusíadas*, a crise dinástica e a fragilidade dos negócios internos.

⁸ Do teatro vicentino a tópica é conhecida. É também recorrente nos *diálogos* (Nascimento: 2011). Na poesia, a título de exemplo, Sá de Miranda opõe a “interesses que haja em terra e ó mar” e aos “tratos de mercadoria” uma concepção de Amor como afeto honesto (1885: 255). Uma resposta aos “conservadores” de então parece esboçada por Tomé Pires, na *Suma Oriental* (1515): “O qual trato de mercadoria é tam necessário que sem ele se non susteria o mundo; este é que nobreça os Regnos, que faz grande as gentes e nobelita as cidades, e o que faz a guerra e a paz do mundo” (*apud* Wallerstein, 2004).

⁹ A teoria em Portugal deixa-se representar pelo *Livro da Virtuosa Benfeitoria* (Coser, 2015). Uma das reformas político-jurídicas iniciadas com a Dinastia de Avis, vinculando-se ao quadro europeu de reordenação das instituições, foi a reforma afonsina da Casa Real, que organizou o sistema de fidalguia.

Talvez o relevo que se dá à disparidade econômica na própria aristocracia (Marques 1977: 382) oblitere o povo. Numerosos fidalgos empobrecidos dependiam de um regime de favor (Cunha 2003), impedidos do exercício dos ofícios mecânicos sob pena de perda do título. A outra hipótese, que não refuta essa, é de que não poderia haver uma representação do povo como agente social compatível com a ética que o Poema propugnava. Seja como for, as transformações do poder sociopolítico e econômico de Portugal têm um aspecto biográfico que se projeta no texto¹⁰. Um de seus passos mais marcantes é quando o Poeta se queixa às Ninfas sobre as próprias condições materiais, subitamente interrompendo Paulo da Gama, que começava a tratar das bandeiras dos lusíadas. Depois de enfatizar o pouco suporte que as Artes recebiam (VII, 82), como também Paulo da Gama tornará a fazer (VIII, 39-41), o Poeta fala contra o estado de coisas e faz uma súplica daqueles que não participariam da imortalidade do Poema, mormente os que usavam do estatuto de nobre em detrimento do bem público: “[q]uem, com hábito honesto e grave, veio, \ [p]or contentar o Rei, no ofício novo, \ [a] despir e roubar o pobre povo!” (VII, 85),

Nem quem acha que é justo e que é direito
 Guardar-se a lei do Rei severamente,
 E não acha que é justo e bom respeito
 Que se pague o suor da servil gente;
 Nem quem sempre, com pouco experto peito,
 Razões aprende, e cuida que é prudente,
 Pera taxar, com mão rapace e escassa,
 Os trabalhos alheios que não passa. (VII, 86)

Embora aponte para certa ideia de justiça social, o fundamento do juízo é moral. A ampliação do rol ilustríssimo, já mencionada, depende da exclusão dos corruptos, dos legalistas, dos abusadores. Uma figura histórica só dá liga a essas “depravações”: o dinheiro. Só após realocadas as coordenadas do heroísmo a voz é devolvida a Paulo da Gama (VIII).

Para o Camões moralizador, a ganância não era só uma mácula moral com reverberações sociais *avant la lettre* “estruturais,” mas o comércio ultramarino era dotado de uma força própria – já algo como uma “mão invisível.” Um passo d’*Os Lusíadas* violentamente criticado no século XVII foi a representação desbragada do resgate do Gama em troca de mercadoria (VIII,

¹⁰ Destaque-se a importância de sua “fidalguia” para seus primeiros biógrafos. Talvez não fosse questão de “encarecer” o poeta, mas de aduzir um porta-voz para o setor da aristocracia nacional que sofria pesadamente com o deslocamento do poder para Castela no período filipino (1580–1640), com as guerras e sua progressiva ingerência na economia.

90-95). A controvérsia parece empalidecida hoje, mas o episódio é dos mais surpreendentes. Camões emprega um procedimento muito curioso, que é submeter uma das figuras exemplares a algo vergonhoso: não existe ação heroica no resgate do “nosso Capitão” (II, 83) pela troca, não existe “feito” memorável. “[L]ança por terra toda a fábrica do poema épico,” dirá um comentador do século seguinte¹¹. Depois de superar toda uma série de adversidades por terra e mar em dois planos narrativos distintos, *os lusíadas* – nessa sua metonímia que é o Gama – dão-se ao trato de mercadoria para salvar a própria pele. Só entendendo o contraste tão violento desse gesto é possível perceber o epifonema final desse Canto, quando o Poeta outra vez censura o “dinheiro, que a tudo nos obriga” (VIII, 96).

Denunciando o que caracteriza como seu infinito e onipresente poder corruptor, Camões constrói no dinheiro, na mercadoria ou no lucro um autêntico antagonista do Império. Se os lusíadas são o herói do Poema cuja bravura dever ser imitada, o sistema mercantil é a maior ameaça à sua memória e ao seu destino.

***A Lusíada*, ou a história como hipótese interpretativa**

A começar pelo título, *The Lusiad: the Discovery of India* (1877 [1776]) é um argumento completamente diferente. Não existe nele a menor possibilidade de falha; ao contrário, é antes o que Poeta compreendera como ameaça ao destino Pátrio que se torna o critério de sucesso da obra camoniana “na história real.” Atesta-o a mudança do título, que se reporta à *História* de Fernão Lopes de Castanheda, a qual circulava desde 1582 como *History of the discovery and conquest of East Indias*¹². À primeira vista uma simples estratégia de *marketing*, a opção de Mickle contrai todo o poema num único grande feito do povo lusíada¹³, convertendo em floreios todos os episódios. A tensão entre a memória histórica e o passado recente evacua-se nesse achatamento do mecanismo do poema, que fica reduzido a *tour de force* ornamental.

Existe mesmo uma universalização forçada da gesta portuguesa em seu prefácio:

¹¹ Veja-se “A Recepção de Camões no Neoclassicismo Português” (CASTRO, 2007). Trata-se de Garcês Ferreira, no aparato a *A Lusíada* (*sic*). Disp. em linha: <http://books.google.com.br/books?id=V_BFAAAAcAAJ>. (última consulta 19/08/2017)

¹² Disponível em linha: <<http://books.google.com.br/books?id=YkoC-kx4TAgC>>. (última consulta 19/08/2017)

¹³ Parece seguir a tradução francesa. As sugestões de que *Os Lusíadas* dever-se-ia chamar *Lusíada*, como celebração da viagem, ou *As Lusíadas*, como celebração dos feitos, são comuns ao longo do século XVII.

In contradistinction to the Iliad and the Æneid, the Paradise Lost has been called the Epic Poem of Religion. In the same manner may the Lusiad be named the Epic Poem of Commerce. The happy completion of the most important designs of Henry, Duke of Viseo, prince of Portugal, to whom Europe owes both Gama and Columbus, both the eastern and the western worlds, constitutes the subject of this celebrated epic poem. (Camões; Mickle, 1877, p. i)

O epíteto conferido não se deixa senão ler como estratégia: inserindo o poema numa lógica que classifica o objeto em questão por contraste a outras mercadorias culturais, trata-se de um *slogan*. É forçoso notar que aí *The Lusiad* registra uma mudança radical no regime de produção e circulação de poesia, nomeadamente o apagamento de sua força perlocucionária. Mas *de poematibus non disputandum*, pois, desprovido de um horizonte de ação, só lhe resta o plano demonstrativo. Os comportamentos, endossados ou exprobadados, estão *quase* todos lá, apenas fundamentalmente deslocados¹⁴.

Para exemplificá-lo, veja-se como a oitava que denuncia a corrupção do poder pela ganância (VII, 85-86) foi reescrita por Mickle como ataque ao mesmo tempo ao despotismo e à insurgência:

*And hear my vow: Nor king, nor loftiest peer
Shall e'er from me the song of flatt'ry hear;
Nor crafty tyrant, who in office reigns,
Smiles on his king, and binds the land in chains;
His king's worst foe: nor he whose raging ire,
And raging wants, to shape his course, conspire;
True to the clamours of the blinded crowd,
Their changeful Proteus, insolent and loud:
Nor he whose honest mien secures applause,
Grave though he seem, and father of the laws,
Who, but half-patriot, niggardly denies
Each other's merit, and withholds the prize. (1877, 495)*

E ao “meio-patriotismo” que se recusa a reconhecer o mérito e quer reter tudo para si. Ora, a publicação de Mickle surgia no mesmo ano da

¹⁴ Veja-se “Os Lusíadas na tradução de William Julius Mickle” (Martins 2015) para um trabalho sobre a tradução. Há que se contestar a ideia de que *Os Lusíadas* seria um poema que retoma os modelos antigos com uma clara intenção “imperialista” – perspectiva que de resto apenas inverte a leitura escolar de Camões como panegirista oficial do Império. O “Épico do Comércio” de Mickle funciona tão bem para descrever o poema quanto “poema imperialista”: é uma leitura parcialmente válida, mas não chave interpretativa para sua compreensão. Noutras palavras, o oposto de nosso intento. Esse trabalho não pretendia, porém, tomar um tal tema, já que lhe ocupa mais o procedimento adotado por Mickle.

Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), em grande medida motivada por uma década de disputas quanto à legitimidade da taxa de produtos para a colônia pela Coroa.

Se repararmos no campo conotativo de *commerce* no aparato de Mickle, a palavra está tão ligada à ideia de troca de mercadoria quanto em seu sentido, hoje em desuso, de relação social. Tratando-se de um contexto particularmente confiante no valor normativo de suas instituições, com o século inglês de estabilidade política e avanço econômico, Mickle dirá, contra aqueles

“theorists in political philosophy who lament that India was ever discovered, and who assert that increase of trade is only the parent of degeneracy, and the nurse of every vice” (1877, xxxiv):

And whatever avarice may attend the trader, his intercourse with the rest of mankind lifts him greatly above that brutish ferocity which actuates the savage, often the rustic, and in general characterizes the ignorant part of mankind. (1877, xlvi)

Da ótica de uma sociedade cuja classe burguesa se reconciliava com o Estado, a política ibérica era despótica (1877, xl) e, obviamente, *Os Lusíadas* representaria esses valores. Mas com a mudança de ambiência, já não era um princípio estruturante a percepção do velho pacto destruído – um processo contra o qual o poema camoniano parecia se armar –, senão a ideia de um pacto novo já efetivado, muito melhor. A insistência de Mickle na capacidade civilizatória do comércio incide sobre a tentativa de entroncar o destino do “Império Britânico Americano” numa linha que vai dos descobrimentos à hora mais recente, apelando para a Aliança Luso-Britânica que se consolidara com o casamento de Filipa de Lencastre com Dom Henrique, o Navegador (1877, xlvi). Essa parece sobretudo uma estratégia para angariar subscrições para a publicação, sobrepondo ao claro “feudalismo” residual do poema a excelsa gesta do comércio ilimitado (1877, xlvi). Era também o ano, recorde-se, de *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, de Adam Smith – de quem foi pupilo, aliás, o 3º Duque de Buccleuch, a quem Mickle dedica sua tradução.

Criticar implicitamente o separatismo e endossar o liberalismo emergente – essa grande estratégia de *marketing* de Mickle se desenvolve a par e passo com sua tradução, levando a um sem conta de transformações além da mencionada. Se o herói coletivo do Poema é subsumido por uma única ação – a viagem *lusíada* –, resta que ela seja depositada nas contas de uma só figura, o Capitão. Nesse sentido, deixa o Gama de ser o desbravador cuja falha foi subitamente posta a desnudo pelo Poeta como um modo de reprimenda e se torna na própria vanguarda do Comércio europeu. Para se ter uma ideia, as referências ao Gama n’*Os Lusíadas* somam à volta de noventa; em *The Lusiad*,

considerando o aparato, são mais de quatrocentas. De resto, se para aquele crítico do século XVII dizê-lo seria chocante, a opinião mantida por Mickle era completamente diversa. Tentado a traduzir “ofício de Rei” (II, 84) por “*business*,” transcreve o comentário de Duperron de Castera, que em 1735 traduziu o poema para francês:

It is true, nevertheless, that Royalty is a business. Philip II. of Spain was convinced of it, as we may discern from one of his letters. Hallo, says he, me muy embaraçado, &c. I am so entangled and encumbered with the multiplicity of business, that I have not a moment to myself. In truth, we kings hold a laborious office (or trade); there is little reason to envy us. (1877, 53)

À parte a nobilitação do comércio, até isso dá azo a outra observação: da mesma forma como as queixas do Poeta são encurtadas e reorganizadas para atender à contextura político-econômica, o comentário infla, indo muito além do expediente explicativo solicitado pela difícil figuração do épico, e se torna uma miscelânea a serviço da informação ou do mero entretenimento dos *gentlemen*. É um processo ao cabo do qual *Os Lusíadas* se converte num artefato secular exótico com “*much varietie of matter, very profitable for all Navigators, and not unpleasaunt to the Readers,*” como já se apregoara o livro de Castanheda.

Se é possível falar de um propósito político, não se trata de um horizonte prospectivo aberto pelo discurso deliberativo, como n’*Os Lusíadas*, mas numa redução do poema ao teor demonstrativo, e, de seguida, aos desideratos da época. Não existe um *argumento* político para a época e Mickle não é mais que um beletrista. A memória do passado – e o próprio poema se tornara já parte dele – só circula no sistema literário que começava a se configurar junto à imprensa burguesa como algo à disposição imediata e pronto à fruição daquele presente, reforçando aqui e ali o que os seus leitores já sabiam bem, ou gostariam de imaginar. O conteúdo social que o poema de Camões adquire por via da tradução de Mickle é precisamente esse vazio da memória, que n’*Os Lusíadas* só encontraria sua substância no futuro. Sem continuidade, sem um horizonte ético que lhe ampare, tudo o que lhe resta é ser coordenada pelos poderes instituídos – a contragosto, o Poema se torna mais um monumento à Civilização do Comércio, junto à religião e ao mito.

Como conclusão: ler Camões como seus contemporâneos (talvez o tivessem lido)

O mais importante a reter da relação entre *Os Lusíadas* e *The Lusiad* é a forma como a obra literária acolhe a história. Com efeito, falar em “obra” para

descrever *Os Lusíadas* é já perpetrar algo à maneira de Mickle: o poema de Camões se deixa conceber como artefato *literário*, mas sua dimensão pragmática *não*. No caso, o erro está em sobrepor o literário – e todo o instrumental teórico que se lhe ajunte – à história. É mais adequado dizer que, numa certa medida, a ideia de *literatura* é em si um conceito com vigência histórica cuja finalidade é a atualização de artefatos culturais do passado.

Nenhum mal nisso, ao contrário: a densidade histórica da obra depende de sua extração a contextos particulares. Mas o que há de especialmente proveitoso no processo só existe na medida em que sejamos capazes de reconhecer a sua arbitrariedade, e com isso de *conceitualizar* a distância entre o que nós entendemos e a coisa que está diante de nós. No caso de Camões, a aporia de construir um épico sem uma comunidade prévia que lhe corresponda, mas, antes, construí-lo com vistas à formação dessa identidade através da ilustração de um coletivo de ações, oferece a ocasião para sua conversão num instrumento de controle político e moral cuja duração se limita com interesses difusos e com a própria história do Portugal pós-camonianiano. Em virtude de como se construiu, o poema já prometia tornar-se “patrimônio literário.”

A simples atenção para mecanismos de cooptação ofereceria um *caveat* à historiografia literária. Ao longo do século XX, e em decorrência da centralidade que Camões ganhou no cânone literário, a crítica ocupou-se de referir Camões às mais diversas *trends* classificatórias que se elaboraram para o século XVI, na passada da crítica literária que se academicizava, e incorporando os avanços da disciplina de Teoria Literária do pós-guerra. Ora, a crítica literária que ganhava aspirações à uniformidade por meio da instituição universitária era já um instrumento de controle do circuito cultural da moderna imprensa e do Estado. O *literário* como autoevidente – e como objeto de preocupação central da teoria – só seria questionado mais tardiamente, e ainda assim de maneira muito limitada em relação à ideia de cultura. A nosso ver, a crítica da “cultura erudita” como instituição burguesa e a defesa da cultura em amplo sentido como objeto de estudo é importante, mas apenas tende a conformar a “cultura em amplo sentido” ao esquema de coisificação que hoje impera em nossas instituições.

Por essas razões, a única forma que se nos afigura possível para a produção de uma crítica contundente e epistemologicamente adequada ao seu objeto se mira na ideia de salvar o cânone à sua canonicidade. Essa tarefa passa por pensar em como a história de nossas instituições e conceitos contribui com o esvaziamento ético dos artefatos culturais do passado. Essa é a questão inicial, aliás, com que qualquer um que hoje intente estudar a obra camonianiana deve se confrontar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Hélio J. S. (2001). *Camões, Corte-Real e o Sistema da Épica Quinhentista*. Coimbra: Centro Interuniversitário De Estudos Camonianos.
- Camões, Luís de. (2008). *Obra Completa de Luís de Camões*. Rio De Janeiro: Nova Aguilar.
- Camões, Luís De, Mickle, William J. (1877 [1776]). *The Lusiad; Or, The Discovery Of India*. London: G. Bell & Sons.
- Castro, Aníbal Pinto de. (2007). *Páginas de um Honesto Estudo Camoniano*. Coimbra: Ciec.
- Coser, Miriam Cabral. (2015). "A teoria das três ordens e o Livro da Virtuosa Benfeitoria: elaborações do ordenamento do mundo na Idade Média". *Coletânea*, v. 14. n. 27. 193-203.
- Cunha, Mafalda Soares Da. (2003). "Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI". *Penélope*, v. 1, n. 29. 33-48.
- Marques, A. H. De Oliveira. (1977). *História De Portugal. Vol. I*. Lisboa: Palas.
- Martins, Cláudia Santana. (2015). "Os Lusíadas na tradução de William Julius Mickle: a reencenação de uma *translatio studii et imperii*". In *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, v. 54, n. 1, 29-51.
- Matos, Maria Vitalina Leal de. (2011). *Camões: sentido e desconcerto*. Coimbra: Ciec.
- Miranda, Francisco Sá De, Michaëlis, Carolina. (1885). *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. Halle: Max Niemeyer.
- Nascimento, Maria Teresa. (2011). *O Diálogo na Literatura Portuguesa: Renascimento e Maneirismo*. Coimbra: Ciec.
- Pécora, Alcir. (2001). *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp.
- Saraiva, A.J., Lopes, O. (2010). *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Spina, Segismundo. (1995). *Introdução à Poética Clássica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Verdelho, Telmo. (2012). *Luís de Camões: Concordância da Obra Toda*. Coimbra: Ciec.
- Wallerstein, Immanuel. (2004). "A descoberta da economia-mundial". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Trad. António Sousa Ribeiro. n. 69, 3-16.